

entrevista

**Juiz Eleitoral esclarece o que pode e o que não pode no período de pré-eleição**



reportagem

**Dados sobre como foram os últimos quatro anos na Câmara e sobre o que é notícia em 2008**



opinião

**Vereadores falam sobre os trabalhos desta legislatura e fazem uma auto-avaliação sobre seu comportamento durante as sessões**

# Observatório DA CÂMARA

Santa Maria, 08/07/2008

observatorio@camara@gmail.com

ANO I Nº 2



A TV Câmara é o principal motivo de preocupações quanto à atuação dos vereadores na Tribuna.

## As restrições na prática

FOTO: JULIANA GELATTI

**Vilmar Galvão**  
“Se não fosse a TV Câmara, não teria problema nenhum, cada um falaria o que quer e responderia por seus atos. Mas nós não podemos deixar de exercer a nossa função, porque é período eleitoral.”



**Tubias Cailli**  
“Como é um ano eleitoral, algumas atenções tem que ser redobradas. Se cada um resolver defender o seu candidato na Tribuna, que uma TV Câmara, que é pública, a Justiça Eleitoral vai mandar correr.”



FOTO: JULIANA GELATTI

**Ovidio Mayer**  
“Mesmo nós vereadores, sobre a Câmara, não temos nada definido. É um limite difícil de precisar. Podemos precisar esse limite teoricamente, mas quando chega na prática temos dificuldades.”



FOTO: JULIANA GELATTI

## Período Eleitoral impõe limites aos vereadores

por Cibelli Fogliato, Juliana Gelatti e Lucas Faustino

O período de campanha política, que iniciou no último domingo, traz novamente a questão das restrições impostas pela Legislação Eleitoral. As limitações aos candidatos estão presentes também dentro da Câmara. A atuação dos vereadores no plenário se torna mais restrita entre 6 de julho e 2 de agosto.

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, a veiculação de propaganda política em órgãos públicos é proibida. O Tribunal, no entanto, estabelece algumas exceções para repartições como a Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa e Câmara dos Deputados. Nesses casos, a regulamentação é feita pela Mesa Diretora da Casa.

Segundo o Procurador Geral da Câmara, Gustavo Moreira, nesta semana será votada uma resolução que disciplinará a atuação dos vereadores na Câmara. Ela permitirá propaganda eleitoral apenas nos gabinetes. Nos demais órgãos, a divulgação fica proibida.

A Lei Eleitoral não tem restrições específicas aos vereadores candidatos à reeleição. As vedações são as mesmas dos outros participantes do pleito. Porém, alguns cuidados precisam ser tomados para evitar que determinado candidato faça uso da máquina pública para promoção pessoal.

O procurador Gustavo Moreira afirma que a Legislação é bastante clara no que se refere às condutas vedadas aos agentes públi-

cos e aos responsáveis pelas campanhas. Ela possui aspectos elaborados justamente para deixar pouca margem de interpretação. “Por menor que seja o grau de instrução, as pessoas são capazes de compreender e cumprir a Lei”, diz o procurador.

Com relação a ações que poderiam configurar uso indevido de bens públicos, a Lei Eleitoral nº 9.504/57 traz uma série de especificações. Utilizar materiais ou serviços custeados pelo governo e deslocar servidor público para a campanha durante o expediente são exemplos de proibições previstas na Legislação.

Outra ação mencionada é fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão fora do horário eleitoral gratuito. Essa disposição trata sobre o uso da tribuna. Como as sessões são transmitidas pela TV Câmara, não são permitidas declarações que sejam entendidas como propaganda política.

A TV Câmara está submetida tanto à legislação comum aos demais meios de comunicação, quanto à que rege a máquina pública. Por isso, os vereadores ficam impedidos de citar nome e número de candidato, obras realizadas, agenda de eventos e outras declarações do gênero. A multa para o vereador que cometer excessos na tribuna varia entre R\$ 21.282,00 e R\$ 53.205,00. Se o custo da propaganda for maior, a multa será equivalente a esse valor.

## TV Câmara mantém transmissões

A maior rigidez da Lei Eleitoral mudou o cotidiano da Câmara durante o período de campanha. A possibilidade de perder o mandato e ainda ter de pagar a multa ocasionou maior conscientização dos vereadores.

O Procurador Geral Gustavo Moreira conta que houve um amadurecimento no processo eleitoral em Santa Maria. Nos anos anteriores ocorreram excessos, sendo comum a propaganda política dentro dos órgãos da Casa. Como consequência, a TV Câmara pa-

rou de transmitir as deliberações dos vereadores na tribuna.

Neste ano, não existe a preocupação em restringir as transmissões da TV Câmara, pois os vereadores estão cientes das regras. “Os vereadores estão bem orientados sobre o que podem e o que não podem fazer. Eles vão cuidar para não infringir nenhuma determinação, até porque geraria multas não só para o vereador, mas também para a TV Câmara”, conta o procurador.



## Notas

## Lei das filas de bancos

Está em vigor a Lei Municipal nº4844 que afirma que os clientes de estabelecimentos bancários podem esperar em filas por no máximo 15 min em dias normais, 25 min nas vésperas de feriados e 30 min em dias de pagamento de servidores públicos. Além disso, as agências bancárias são obrigadas a emitir um bilhete em que conste o horário de recebimento da senha e o horário de atendimento. Também é obrigatória a divulgação do tempo máximo de espera em local visível, em mural ou em cartaz.

A multa inicial é de R\$ 18.363,00. Toda a verba arrecadada vai para o caixa unico da Prefeitura. A fiscalização é feita cerca de uma vez por mês. A última foi em 10 de junho, com 11 agências multadas. Desde 2006, 137 agências foram multadas, rendendo para a Prefeitura mais de um milhão de reais. Quem se sentir lesado pode denunciar a agência para a Prefeitura.

## A velha história do aterro

No dia 19 de fevereiro a Prefeitura divulgou uma novidade sobre o destino do lixo da cidade. O aterro da Vila Caturrita estaria com os dias contados. A partir do dia 10 de março, as 180 toneladas de lixo produzidas diariamente pela cidade ficarão a cargo da empresa vencedora da licitação. A futura empresa encarregada do serviço deveria utilizar um novo aterro sanitário. A nova empresa responsável pela coleta de lixo na cidade (PRT) assumiu, mas o destino continua sendo o aterro da Vila Caturrita.

## Tribuna Livre em alta

Na última quinta-feira, dia 3, a Tribuna Livre foi utilizada por três entidades:

- **HUSM**: a diretora de enfermagem do HUSM, Vânia Maria Figuera Olivo evidenciou a necessidade dos dirigentes da Instituição de se manifestarem publicamente sobre críticas não-constitutivas vindas de alguns vereadores. A diretora apresentou dados sobre o funcionamento e a administração do Hospital para esclarecer população e parlamentares.
- **CORSAN**: o dirigente do Sindicato, Rui Porto, explicou os motivos que levaram à paralização dos trabalhadores da CORSAN no dia 3. Ele ainda fez um apelo: “Nossa entidade sindical tomou a liberdade de convocar, de convidar toda a população do estado [...] para que se unam a nós no sentido de obtermos dois milhões de assinaturas para que possamos alterar o Artigo 7º da Constituição do Estado do RS, tornando a água um bem de uso comum, não podendo ser privatizada de qualquer forma.”

----
**POLÍCIA CIVIL**: os policiais civis também paralisaram suas atividades na quinta-feira, dia 3. Representantes compareceram à Sessão com cartazes de protesto contra a corrupção no governo estadual e com pedidos de melhores condições de trabalho. A representante do Sindicato dos Escrivães, Inspetores e Investigadores da Polícia Civil do Estado, Magda Regina Lopes, convidou os colegas a fazerem um ato simbólico. Alguns dos policiais que estavam na Casa depositaram suas armas sobre as mesas dos vereadores para mostrar o estado deteriorado do armamento utilizado para a segurança pública.

## Reportagem

# O balanço do legislativo

por Ivan Lautert e Diogo Figueiredo

**O mandato 2005-2008 entrou para a história como o primeiro com apenas 14 vereadores na Casa. O Observatório traz agora um panorama do que foi notícia em 2008, além de dados importantes sobre estes últimos quatro anos.**

Na legislatura anterior, a situação era diferente: 21 vereadores eleitos pelo povo em 2000. O Supremo Tribunal Federal determinou a diminuição do número de vereadores, o que resultou num decréscimo de mais de 8 mil vagas no Legislativo Municipal em todo o país. Um dos resultados mais esperados dessa grande ‘enxugada’ de cargos era uma redução substancial de gastos. Entretanto, o que se viu foi a manutenção ou até mesmo o aumento de despesas. O assunto gera polêmica até hoje. Especialistas em direito eleitoral, como o advogado Alberto Kollo, defendem abertamente uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que aumente o número de vereadores. Na semana passada, a vereadora Magali Adriano subiu no púlpito para manifestar sua opinião sobre o assunto. “A redução veio com a intenção de cortar gastos, porém eles aumentam. Não é assim que vamos reduzir o custo do legislativo. Os gastos de um vereador não significam nada se comparados com os de um senador da República.” *(No quadro abaixo)*

R\$ 5.500.000,00	2004/2005
R\$ 5.300.000,00	2005/2006
R\$ 5.100.000,00	2006/2007
R\$ 4.900.000,00	2007/2008
R\$ 4.700.000,00	
R\$ 4.500.000,00	
R\$ 4.300.000,00	
R\$ 4.100.000,00	
R\$ 3.900.000,00	
R\$ 3.700.000,00	
R\$ 3.500.000,00	

Fonte: Site da Câmara de Vereadores

## Dança das cadeiras

*Durante este mandato, várias foram as mudanças de partidos entre os veredades, além disso, alguns deles assumiram cargos no governo e houve até uma mudança do cenário político na Casa. No quadro abaixo, um comparativo de como se configuravam as bancadas dos partidos logo após as eleições e como elas se encontram hoje em dia.*

<b>Mudanças na constituição da Casa durante o mandato</b>		
<b>PARTIDOS</b>	<b>2004</b>	<b>HOJE</b>
<b>PMDB</b>	4	5
<b>PP</b>	3	2
<b>PT</b>	4	4
<b>PSDB</b>	2	1
<b>PDT</b>	1	0
<b>PR</b>	0	1
<b>PTB</b>	0	1

Fonte: Arquivo da Câmara de vereadores

Dos 14 vereadores eleitos em 2004, muitos deixaram Santa Maria, ficando pouco tempo no Legislativo.

É o caso de Misiara Oliveira (PT), que saiu da Câmara para assumir o cargo de chefe de gabinete da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação. Ela já havia se afastado da vereança para assumir a Secretaria de Ação Social, da qual se afastou para se defender de denúncia de corrupção. Quando a vereadora foi para Brasília, o também petista Jorge Trindade assumiu sua vaga na Câmara. Jorge Pozzobom (PSDB) assumiu o cargo de secretário adjunto da Casa Civil do estado. Em seu lugar, esteve Paulo Denardin (PP). No dia 24 de junho, Jorge Pozzobom voltou à CVS.M. Mesmo com a volta de Pozzobom, Denardin permaneceu no Legislativo, graças à cassação do vereador Júlio Brenner (PSB) em maio, que perdeu o cargo por ter dividido o salário de uma assessora parlamentar.

Denardin assumiu a vaga de Julio Brenner (Julinho), e Sandra Rebelatto reforçou a bancada do PP, que na época tinha como único representante Sérgio Cechin. A sigla elegeu em 2004 três vereadores, sendo que dois deles - Anita Costa Beber e Ovídio Mayer -, trocaram de partido. Os ex-representantes do Partido Progressista, que hoje estão no bloco de situação – Anita no PR, Ovídio no PTB – não foram os únicos a trocar de partido. Isaias Romero fez o caminho contrário, Situationista pelo PDT, foi para o PMDB em junho de 2007, engrossando a bancada da oposição. Como consequência, sofreu um processo de cassação, em que acabou absolvido pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). “O senhor presidente (Romero) mudou de partido não por sua vontade, as leis também mudaram e eu entendo perfeitamente que o senhor vote com o seu partido. Para mim não ficou a imagem de tração”, comentou Ovídio Mayer em discurso.

## A evolução dos gastos na Câmara nos últimos 4 anos durante a atual legislatura\*

*Em 2004, Santa Maria ficou com 14 vereadores, graças a uma resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Um dos reflexos esperado era a redução de gastos com o pagamento de funcionários. Observe a evolução dos gastos com pessoal no mandato atual. Mesmo com o aumento das despesas com salários (que estão avassaladas em R\$5.115.231,62), a Câmara ainda se mantém longe do limite permitido por lei de 6% de todo o orçamento disponível (hoje na casa dos R\$ 184 milhões).*

FOTO: CÂMARA DE VEREADORES

# Na última edição do Observatório da Câmara, vereadores de Santa Maria fazem um balanço geral dos trabalhos realizados por esta legislatura e uma avaliação do comportamento dos legisladores nas sessões.

## Opinião

**Na última edição do Observatório da Câmara, vereadores de Santa Maria fazem um balanço geral dos trabalhos realizados por esta legislatura e uma avaliação do comportamento dos legisladores nas sessões.**

### Vilmar Galvão (PT – Situação)

“A Câmara é um reflexo da sociedade. Acho que ela tem cumprido razoavelmente bem o seu papel. [...]”

É evidente que gostaria de ter presidido uma Câmara com vereadores mais qualificados. O debate político está muito aquém da tradição que esta Casa já teve.”

### Jorge Pozzobom (PSDB – Oposição)

“A redução do número de vereadores foi boa. Um grande problema que enfrentamos na Câmara é a disputa dos cargos da Mesa Diretora. E a maior crítica que eu faço é que não conseguimos buscar uma interlocução política com o Executivo. [...]”

Eu acho que cada vereador deve fazer sua autorcrítica: o que fez, o que deixou de fazer e principalmente o que não podia ter feito.”

### Luiz Carlos da Silva - Fort (PT – Situação)

“Quando foi necessário, a Casa se uniu em benefício da cidade. Foram aprovados projetos importantes, como o Plano Diretor, e outras atividades. [...]”

O debate muitas vezes é acirrado, porque o campo democrático prevê isso. Algumas vezes foram exaltados os ânimos por parte de alguns colegas. Isso é natural das pessoas.”

### Sérgio Cechin (PP – Oposição)

“Nem tudo foi feito, até porque o vereador tem suas limitações. Destaco como trabalho da Câmara de Vereadores desses quatro anos o nosso Plano Diretor. [...]”

Temos o Regimento Interno que deve ser observado. Até entendemos que, no calor das discussões, os ânimos se exaltem, mas o correto é manter o decoro parlamentar.”

### Jorge Trindade (PT – Situação)

“Eu tenho certeza que muitos projetos importantes passaram por este Poder Legislativo neste ano em que Santa Maria comemora seus 150 anos. [...]”

Em vários momentos, por talvez anteceder uma conjuntura eleitoral, os ânimos ficam acirrados. Mas sempre procuramos manter uma linha ética de respeito à pessoa humana.”

### Paulo Denardin (PP – Oposição)

“Como fiquei fora da legislatura três anos e dois meses, fica difícil para mim fazer uma análise da legislatura. Penso que os projetos importantes do Executivo e do Legislativo foram aprovados. [...]”

A Câmara deve trabalhar unida em projetos do interesse da cidade. Não todos juntos, mas algumas comissões ou aqueles vereadores que têm mais afinidades.”



# O PT no comando da Câmara

O ano de 2008 começou com a volta da situação para a Presidência da Casa. A chapa “Compromisso com a Verdade”, liderada por Vilmar Galvão, venceu a eleição na última sessão ordinária do ano passado, e Galvão tornou-se o primeiro petista na história a presidir a Casa. As chapas empataram com sete votos, mas a “Unidade” acabou derrotada por ter menos bancadas na sua composição. Por força do regimento interno, a vencedora ficou com os cargos de presidente, vice-presidente e 2º secretário da Mesa, representantes, respectivamente, por Vilmar Galvão, Ovídio Mayer e Luiz Carlos Fort. Por sua vez, a “Unidade” ficou com a 1ª secretaria (Sérgio Cechin) e a suplência (Magali Adriano).

Durante todo o mandato, várias foram as sessões em que a discussão política tomou o lugar do debate sobre projetos e problemas tocantes à cidade. Em uma destas sessões a Câmara dividiu-se entre aqueles que apóiam e exaltam o deputado Federal Paulo Pimenta

(PT) e aqueles que são adeptos do também deputado federal Cezar Schirmer (PMDB). Durante todo o período de comunicações e grande expediente, as discussões eram em torno do que cada um teria feito ou trazido de bom para Santa Maria. Em outra ocasião, uma tarde inteira na Câmara foi usada para discussões acaloradas sobre o prefeito Valdeci Oliveira (PT).

Sobre esse tipo de sessão, o vereador Cláudio Rosa diz : “Isso não acontece em nada o município. Destes confrontos políticos desnecessários. A população quer construção e novas propostas sendo votadas, esse tipo de sessão pouco produtiva e com quebra de protocolo e de regimento apenas me deprime.” O Presidente da Casa, Vilmar Galvão, afirma que “A Câmara é um lugar de disputas políticas. O problema é quando essas disputas entram no âmbito pessoal. Em ano eleitoral as discussões tendem a ser mais acaloradas mesmo, mas eu acho que o debate ideológico sempre é útil para a cidade”.



## Crítica

É com muita satisfação que apresento a crítica à edição Nº 1 do Observatório da Câmara, que chega a seu fim. Depois da edição nº 0, podemos notar a reação dos leitores, reformular o que saiu errado e manter o que estava certo.

A matéria de capa, sobre o uso da Tribuna Livre, deu visibilidade a um instrumento vital para o exercício da democracia. O texto foi escrito de maneira clara e concisa e, a meu ver, atingiu seu intuito. Na página central, a reportagem sobre os PSF foi contou com uma longa e rigorosa pesquisa de nossas reporteres. Por isso, teve um teor polêmico, sem cair na crítica infundada. Mesmo quem não conhecia o Programa Saúde da Família pode saber do seu funcionamento, de sua estrutura, defeitos e méritos.

Tendo consciência do importante papel da mídia, entrevistamos três vereadores que também são radialistas. Para uma cobertura equilibrada, as perguntas foram idênticas para os três. Reconhecemos algumas falhas de transcrição. Impunamos ao vereador João Carlos Maciel um erro de plural que ele não cometeu. Felizmente, foram erros que não deliruraram as idéias dos representantes do povo.

Após a leitura do Observatório nº 1, alguns vereadores reclamaram uma falta de espaço, até mesmo insinuando que estaríamos favorecendo determinados candidatos. Como as críticas vieram tanto da situação quanto da oposição, acredito que nossa cobertura foi justa.

Por um erro técnico, a reportagem do PSF foi impresso sem a conclusão. Reparamos o problema em tempo, e todos os leitores receberam o jornal completo, o que é fundamental.

Espero que os leitores que nos acompanharam tenham apreciado o Observatório. A trajetória foi curta, mas fundamental para nossa vivência jornalística. A edição final vai com os reflexos desse aprendizado e com muito mais acertos. Bom para nós e, principalmente, para os leitores.

**Diogo Figueiredo**

editor da edição nº 1

### Expediente

Jornal Laboratório UFSM

Edição: Ivan Laurent

Sub-edição: Jorge Japur

Reporters: Aline Wappler, Camila

Piccolo, Cibelli Fogliato, Cláudia

Lawiesh, Diego Figueiredo, Hilberio

Poczniew, Henrique Coradini, Juliana

Gelati, Karina Daxol, Lilián Cabrera,

Lusa Dalton, Lucas Faustino,Maira

Bianchini, Natália Flores, Piero

Pedraza, Tábata Strassburger,

Vanessa Beltrame

Diagramação: Juliana Gelati, Lucas

Faustino, Mauricio Sema e Natália Flores.

Professor Responsável: Jorge

Castegano - DRT/RS: 5458

Endereço: Camps UFSM, prédio 21,

sala 7234.

Telefone: 3220 8111



Ulysses Fonseca Louzada

# “A Justiça é cega, mas o juiz não.”

por Lilián Cabrera, Natália Flores e Vanessa Beltrame

**O juiz Ulysses Fonseca Louzada é o homem à frente da Justiça Eleitoral de Santa Maria. É ele quem deve garantir a seriedade do processo eleitoral na cidade. Em entrevista ao Observatório da Câmara, ele afirma que - como em qualquer disputa - os ânimos estarão acirrados. O juiz também esclarece o que é permitido ou não na disputa eleitoral deste ano e qual deverá ser a conduta dos candidatos que já ocupam cargos no Executivo e no Legislativo.**

**O senhor poderia citar algumas das irregularidades mais comuns que ocorrem em período eleitoral?**

Depois do dia 6 existem, realmente, várias condutas que são proibidas, que estão na legislação. Hoje já não é mais permitido o uso de outdoors, não pode mais usar os bens públicos. Os bens de uso comum do povo não podem ser usados para campanha eleitoral. (...) Não pode fazer propagandas em supermercado, igreja, campo de futebol, taxi, porque são todos locais, veículos, instrumentos que a população transita diariamente. Isso tudo para não haver uma influência na captação do voto do eleitor. A grande bandeira que existe nisso aí, é que essa tem que ser a meta de todos, é que tem que ter igualdade entre os candidatos, independentemente de quem seja, dos recursos que tenha, da condição que, por ventura, ocupe na sociedade. (...) e o páreo, a largada, é dia seis.

**E quanto a comícios e showmícios?**

*Showmício* é proibido, tanto antes quanto depois. Não tem como. Com referência aos comícios, tem uma legislação própria. O problema que vem acontecendo são os alto-falantes, esses carros de som. Isso aí a legislação permite, mas tem um horário, que é um até às dez horas [da noite] e outro até a meia-noite.

**O que a legislação eleitoral considera compra de votos?**

Qualquer coisa que busque captar o voto do eleitor, de uma forma irregular. Seja explicitamente ou implicitamente, me parece que essa propaganda subliminar, que é subentendida, ela é muito mais perniciosa do que aquela explícita. Então, tu vês que determinadas pessoas estão necessitadas. Tu vais e dá uma cesta básica, dá um rancho, vê que a pessoa está passando frio e traz um casaco (...). Eu venho dizendo: a justiça é cega, mas o juiz não. A gente tem olhos, nariz, boca; a gente enxerga, vê, sente, como todas as pessoas.

**O que é considerado boca de urna?**

Boca de urna é tu estares ali na beira e fazendo essas irregularidades. (...) No dia da eleição, não pode nada. No dia da

eleição, o que a gente tem que fazer realmente é votar. (...) tu tens três meses para escolher os teus candidatos; então, no dia da eleição, tu tens e que votar.

**E como é feita a fiscalização dessas irregularidades?**

O problema da fiscalização eu acho que é o mais fácil de todos (...). Na época de eleição, os meus fiscais são os adversários, entende? Então se tem alguém, por exemplo, fazendo uma propaganda irregular lá no finalzinho de Santa Maria, num bairro bem longe às vezes tem alguém que não é do mesmo partido, que é contrário, que enxerga, ouve, vê e traz a informação (...). Em época de eleição, isso para mim é muito fácil. As informações chegam até em demasia, então o meu serviço fica facilitado em razão disso.

**Como os vereadores que estão legislando e pretendem se reeleger devem proceder? E quanto aos radialistas candidatos a vereadores?**

Estou querendo anunciar agora que existe uma determinação do TSE referente à TV Câmara. O TSE vem decidindo da impossibilidade de opinião favorável ou contrária a candidato, partido ou coligação nas TV Câmaras exatamente para assegurar o equilíbrio e a igualdade entre os candidatos. Esses [os radialistas] vão ter que se incompatibilizar, eles vão ter que sair do local deles, porque vai ser uma desigualdade.

**E o tratamento dado aos candidatos pela imprensa?**

A partir do dia 6 agora vão ter os debates, vão ser realmente divididos pela Justiça Eleitoral, e o importante nesses debates, ou em toda e qualquer entrevista, é que eles têm que ter igualdade. Se eu vou fazer uma entrevista com um candidato, então eu vou ouvir todos os candidatos. Se eu vou fazer uma entrevista com um partido, eu vou chamar os outros partidos. Claro que de acordo com a proporcionalidade, mas sem um direcionamento a esse ou àquele partido, candidato ou coligação.

**No caso da prefeitura, que tem seu partido concorrendo à reeleição, o que ela pode e não pode fazer?**

Se for propaganda institucional, ela tem o direito. Propaganda da instituição ela tem que continuar. Se for propaganda política partidária, aí já é proibido. Senão nada impede que o próprio governo se promova. Porque a promoção pessoal, ela é permitida. (...) Se o governo foi eleito, ele foi eleito para os quatro anos. Até o último dia que ele for eleito, ele tem o direito de fazer as obras dele e de promovê-las, sem associa-las a determinados candidatos, pré-candidatos ou partidos que vão concorrer.

### Quem pode denunciar?

Qualquer um pode denunciar irregularidades cometidas nas campanhas eleitorais. Basta fazer um documento com informações e entregar para o seguinte endereço:

**Sede do Ministério Público de Santa Maria**

Rua Alameda Montevideu, 253 – Bairro Nossa Senhora de Lourdes.

CEP: 97050030    Telefone: 55 32229049